

Vestimentas dos profissionais da saúde: riscos e cuidados necessários

Health professionals' dressing: risks and necessary care

Thaís Medeiros de Lima Silva¹, Rayssa Horacio Lopes², Kariny Kelly de Oliveira Maia³

1. Tecnóloga em gestão hospitalar, especialista em unidade de terapia intensiva, discente da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN.

2. Enfermeira, mestre em enfermagem, docente da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN.

3. Enfermeira, especialista em saúde das famílias e comunidades. Enfermeira da Escola de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN.

RESUMO

A área da saúde possui riscos para os profissionais e usuários, dentre eles se destaca o biológico. As vestimentas dos profissionais de saúde, estão expostas ao ambiente dos serviços de saúde que a depender do local e atividade desenvolvida pode ser contaminado. Objetiva-se com este trabalho, identificar na literatura estudos que discorram sobre potenciais riscos de contaminação associados às vestimentas dos profissionais de saúde, bem como as recomendações para o cuidado com as mesmas. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, onde se pesquisou nas bases de dados LILACS, BIREME e SciELO, com os descritores cadastrados no DeCS. Após seu cruzamento e exposição aos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 12 trabalhos. Nestes, identificou-se que as vestimentas podem se tornar contaminadas, bem como potenciais contaminantes. Para evitar a disseminação da cadeia de contaminação, é necessário que haja uma manipulação adequada da vestimenta após o seu uso, processamento da vestimenta de forma correta e também a adesão às práticas de biossegurança,

como a higienização das mãos. Além disso, é preciso discutir com os profissionais da saúde, acerca da temática da biossegurança, pois, as IRAS são consideradas atualmente um problema de saúde pública.

Descritores: risco biológico; vestuário; pessoal de saúde; infecção hospitalar.

ABSTRACT

The health area has risks for professionals and users, among them the biological one. The clothing of health professionals is exposed to the environment of health services that depending on the location and activity developed can be contaminated. The objective of this work is to identify in the literature studies that discuss potential risks of contamination associated with the health professional's dress, as well as recommendations for care with them. It is an integrative review of the literature, where the LILACS, BIREME and SciELO databases were searched, with the descriptors registered in the DeCS. After their research, 12 papers were selected. In these, it has been identified that clothing may become contaminated as well as potential contaminants. To avoid the spread of the contamination chain, it is necessary that there is adequate handling of the clothing after its use, processing of the clothes correctly and also adherence to biosafety practices, such as hand hygiene. In addition, it is necessary to discuss with the health professionals about the biosafety issue, because IRAS is considered a public health problem.

Keywords: biological risk; clothing; health personnel; hospital infection.

INTRODUÇÃO

As atividades laborais têm o potencial de produzir riscos para trabalhadores e usuários, contudo, estes podem se manifestar com maior ou menor frequência, a depender do setor, ou local de trabalho. A área de saúde é produtora de exposição constante a diversos riscos para os profissionais, os quais são uma condição química, biológica ou física que pode causar algum tipo de prejuízo ao trabalhador, ambiente ou produto⁽¹⁾.

Os diversos danos à saúde dos trabalhadores, advindos dos riscos aos quais estão submetidos em seus ambientes laborais, necessitam de atenção por parte dos empregadores e empregados, no sentido de sua redução. Assim, o Ministério do Trabalho (MT) instituiu Normas Regulamentadoras (NRs), que são documentos estruturados a partir de instruções afeitas à proteção dos trabalhadores e requisitos para a atividade laboral, visando reduzir os riscos de acidentes e doenças aos trabalhadores⁽²⁾.

Em se tratando de serviços de saúde, os riscos nestes cenários englobam aspectos físicos, químicos e biológicos⁽³⁾. Sendo assim, no ambiente de trabalho do profissional da saúde requer especial atenção o risco biológico, pois, dentro do hospital ou outras estruturas de serviços de saúde, há uma carga microbiana, constituída por vírus, bactérias, fungos, parasitas dentre outros organismos, que carregam um elevado potencial de contaminação.

Observa-se que, após o surgimento da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e aumento dos casos de hepatites B e C na população em geral, cresceram também os casos de contaminação entre os profissionais da saúde, o que se deu por negligência no seguimento das normas de biossegurança. Tal panorama desvela que, os profissionais da saúde têm um papel ativo no processo de contaminação biológica, de modo que requer atenção constante destes durante todo o seu processo de trabalho para prevenção destes riscos⁽⁴⁾.

Uma das medidas de biossegurança amplamente recomendadas para a prevenção de riscos biológicos, são os Equipamentos de Proteção Individuais (EPIs), que de acordo com a NR nº 06, é “todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho”⁽⁵⁾.

Destarte, os EPIs são itens utilizados para prevenir a contaminação dos profissionais, seja química, física ou biológica e para ser considerado EPI, é preciso ter o Certificado de Aprovação (CA) do MT, constando na lista anexa à mesma⁽⁵⁾. Saliente-se, entretanto, que tal legislação não considera o jaleco um EPI⁽⁵⁾. Sendo assim, compreende-se que o jaleco é considerado um uniforme, o que encontra divergência em literaturas ao considerarem EPI todo item utilizado para proteção individual do trabalhador, incluindo o jaleco^(1,5).

A NR 32 preconiza o uso do EPI para todos os profissionais dos serviços de saúde que estejam vinculados a funções específicas, como os trabalhadores expostos a risco biológico, químico, que estejam ligados aos serviços que fazem uso de radiação ionizante, que lidem com resíduos, que realizem suas atividades na lavanderia, que cuidem da limpeza e conservação do ambiente e façam manutenção de máquinas e equipamentos⁽³⁾.

No que tange ao risco biológico, a NR 32 esclarece que, para cada setor, deve-se avaliar o nível de exposição aos agentes biológicos, para então se fazer a recomendação dos EPIs que devem ser utilizados pelos profissionais de determinado setor, levando-se em consideração que cada ambiente ou serviço de saúde tem suas particularidades, isto é, cada setor ou serviço oferece riscos em níveis distintos ⁽³⁾.

Ainda que o jaleco não seja considerado pelo MT um EPI, ao se constituir numa vestimenta utilizada pelos profissionais de saúde durante a prestação da assistência, que não envolva exposição da roupa do profissional a líquidos orgânicos ou contaminados, o mesmo pode tornar-se contaminado, embora não seja esta a sua finalidade ⁽⁷⁾.

Com isso, muitas vezes, por desconhecer o potencial de contaminação que está em sua vestimenta, este profissional transita por lugares diversos utilizando o seu uniforme, o qual deveria ser utilizado apenas no seu local de trabalho ⁽⁷⁾.

Outra problemática que não se pode ignorar é que as roupas utilizadas pelo profissional no ambiente laboral são o primeiro sítio de contato das mãos, que também são veículos transmissores de microrganismos. Então, quando o trabalhador deixa seu ambiente de trabalho usando a vestimenta, carrega para ambientes diversos potenciais contaminantes e traz também para seu ambiente de trabalho outros microrganismos ⁽⁴⁾.

Para além do uso dos EPIs como forma de proteção aos riscos biológicos, e das vestimentas como proteção das roupas do profissional, existe também uma medida simples e instituída há muito tempo, que é a higienização das mãos.

A higienização das mãos é considerada uma medida de ouro, podendo prevenir e controlar infecções, pois as mãos são uma importante via de transmissão de microrganismos, já que estão em constante contato com pacientes ⁽⁸⁾. Historicamente, a negligência na prática de higienização das mãos vem sendo associada às infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), que são infecções que ocorrem durante a prestação do cuidado em saúde ⁽⁹⁾.

Diante do exposto, questiona-se se as vestimentas dos profissionais da saúde constituem-se um risco de contaminação e quais os cuidados que os profissionais de saúde devem ter com suas vestimentas, para evitar processos de contaminação.

Portanto, o objetivo deste trabalho é identificar, na literatura, textos que discorram sobre potenciais riscos de contaminação associados às vestimentas dos profissionais de saúde, bem como recomendações para o cuidado com as mesmas.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, técnica de estudo que permite uma abordagem mais ampla, dando a possibilidade de inclusão de dados da literatura teórica e empírica, abordando, de forma mais abrangente, o fato estudado ⁽¹⁰⁾.

A elaboração desta revisão integrativa seguiu seis etapas, sendo: 1) identificação da questão norteadora para elaboração da revisão; 2) estratégia de busca, que engloba fatores como bases de dados, descritores a serem utilizados e estratégia de pesquisa; 3) seleção dos estudos a partir da identificação de critérios de inclusão e exclusão; 4) estratégia para coleta de dados, referente ao instrumento padronizado usado para a sistematização da pesquisa; 5) estratégia para avaliação crítica dos estudos e identificação dos

indicadores da coleta de dados; 6) síntese dos dados, apresentados por meio de quadros ⁽¹⁰⁾.

A revisão foi definida a partir das questões norteadoras: as vestimentas dos profissionais da saúde constituem-se um risco de contaminação passível de afetar os serviços de saúde e a comunidade, caso não recebam um cuidado adequado? Quais cuidados os profissionais da saúde devem ter com suas vestimentas, para evitar processos de contaminação no seu ambiente social e profissional?

Para busca dos estudos foram selecionadas as bases de dados: Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores utilizados foram: risco biológico, vestuário, pessoal de saúde e infecção hospitalar, extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCs). Para o cruzamento dos dados utilizou-se o operador booleano and. A pesquisa foi realizada em maio de 2018.

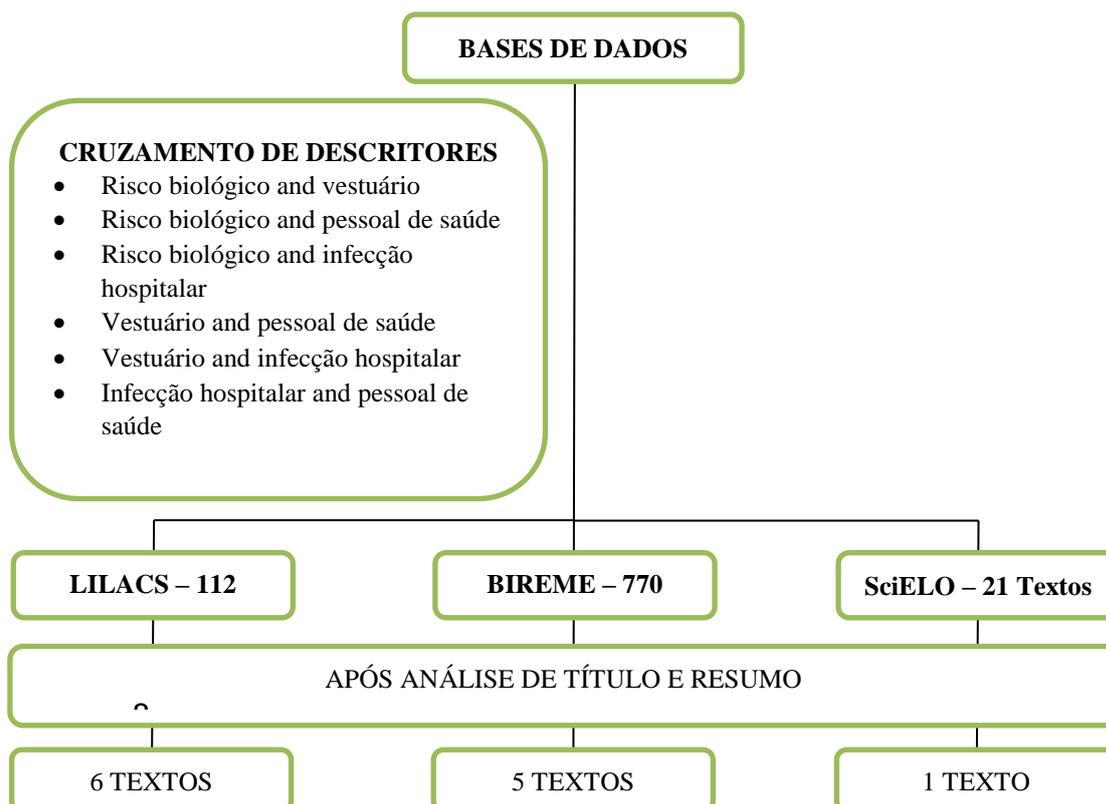
Os critérios de inclusão do estudo foram: textos completos, com disponibilização gratuita, no idioma português e que respondesse a uma das questões norteadoras do estudo. Os critérios de exclusão foram: textos incompletos, indisponíveis de forma gratuita, em outro idioma, que não respondam a nenhuma das questões norteadoras, bem como textos que estejam repetidos em mais de uma base de dados. Nos casos de repetição em bases de dados, o texto foi registrado onde apareceu pela primeira vez, ou seja, a primeira base de dados que o trouxe.

Os estudos foram selecionados através da leitura crítica, verificando-se primeiramente o título e o resumo. Após a seleção, os estudos foram inseridos no instrumento previamente construído para análise de quatro indicadores, sendo eles: título, objetivo, abordagem sobre o risco das vestimentas e abordagem sobre o cuidado com as vestimentas.

Os resultados obtidos após essa análise foram exibidos em forma de fluxograma e quadros, os quais são apresentados na seção de resultados e discussão do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos depois de busca nas bases de dados foram 903 textos, sendo: 112 na LILACS, os quais, após primeira análise, resultaram em 6 textos; na BIREME foram encontrados 770 textos, porém, selecionados 5 textos; e na SciELO foram encontrados 21 e selecionado apenas 1 texto. Obteve-se, pois, uma amostra de 12 textos, conforme aponta o fluxograma abaixo.



Fluxograma 1. Recuperação bibliográfica.

Após análise dos 12 textos selecionados de acordo com os critérios de inclusão, observa-se que, 9 textos foram escritos no período de 2011 a 2016, o que mostra que a biossegurança é também uma preocupação atual. Tal temática estende-se para além da higienização das mãos, medida amplamente já recomendada para prevenção de IRAS, mas abrangendo outras formas de disseminação de patógenos, como através das vestimentas dos profissionais de saúde.

De forma geral, os trabalhos encontrados na revisão têm como objetivo promover a prevenção de contaminação biológica e disseminação de microrganismos, sendo que 3 textos ^(4, 5 e 10) têm o propósito de determinar as características epidemiológicas de microrganismos presentes nas vestimentas dos profissionais ^(11, 12, 13). Outros 3 textos ^(2, 7 e 8) tecem a respeito de legislações que devem ser cumpridas nos ambientes que oferecem risco biológico ^(14, 15, 16).

De fato, poucos textos são voltados especificamente à temática das vestimentas como objetos que podem fazer parte da cadeia de contaminação, o que é observado no Quadro 1, pelos objetivos dos mesmos.

Quadro 1. Classificação dos textos encontrados segundo: título, objetivo, abordagem sobre o risco das vestimentas e abordagem sobre o cuidado com as vestimentas.

Nº	Título	Objetivo	Abordagem sobre o risco das vestimentas	Abordagem sobre o cuidado com as vestimentas
1	Práticas de utilização e perfil de contaminação microbiológica de jalecos em escola médica	O objetivo deste estudo foi o de conhecer as práticas de utilização e o perfil de contaminação dos jalecos brancos usados como uniforme por docentes e discentes do Centro Universitário Serra dos Órgãos.	Os jalecos constituem fontes potenciais de agentes patogênicos e são fontes de infecção cruzada.	Recomenda-se que haja troca diária do jaleco, que o mesmo seja acondicionado após o trabalho em local exclusivo e, quanto à lavagem, sugere que seja realizada de forma separada das outras roupas, utilizando, se possível, água quente e hipoclorito.
2	Legislações e recomendações brasileiras relacionadas à saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores da saúde	Identificar e analisar as recomendações brasileiras relacionadas ao risco biológico entre trabalhadores da área da saúde.	Assume que existe risco imediato, pois há exposição biológica para o trabalhador da área da saúde.	Cita que se deve seguir o que trazem as resoluções da ANVISA.
3	Conhecimento e utilização de medidas precaução por profissionais de saúde	Descrever o conhecimento de profissionais de saúde do Estado do Rio de Janeiro acerca das MPP, bem como analisar a sua utilização.	Traz que existe risco inerentes à profissão em relação à manipulação de perfurocortantes, porém, não especifica nada em relação às vestimentas.	Recomenda fazer a limpeza do jaleco após o final do período de trabalho com água e sabão, e evitar contato do mesmo com outras roupas.
4	Jalecos de trabalhadores de saúde: um potencial reservatório de microrganismos	Determinar as características epidemiológicas de microrganismos presentes nos jalecos de trabalhadores da saúde em unidades de clínica médico- cirúrgica de um hospital de grande porte.	O estudo revela que foram encontradas fontes de contaminação nos jalecos dos trabalhadores de saúde em diversas regiões.	A recomendação trazida foi a de promover treinamento para os profissionais de saúde, apontando a indicação do uso, cuidados com o armazenamento e frequência de troca dos jalecos.

5	Caracterização epidemiológica dos microrganismos presentes em jalecos dos profissionais de saúde	Determinar as características epidemiológicas de microrganismos presentes nos jalecos de profissionais de saúde em um hospital universitário.	Traz que o jaleco pode ser fonte de contaminação, contribuindo para a disseminação de microrganismos assim como o aumento da incidência de IRAS.	Recomenda que haja discussões entre os profissionais a respeito da higiene do jaleco e seu armazenamento. Além disso, destaca o uso de medidas de precaução padrão, higienização das mãos e cuidados com o manuseio do jaleco.
6	Prevalência de contaminação bacteriana em estetoscópios	Avaliar a prevalência da contaminação bacteriana em estetoscópios utilizados em diferentes unidades de saúde de Santa Cruz do Sul-RS, nas práticas de limpeza realizadas pelos usuários, bem como o grau de informação dos profissionais sobre os procedimentos de limpeza.	Assume que há transmissão de infecções através de dispositivos médicos contaminados, como termômetros, medidores de pressão arterial, estetoscópios, luvas de látex, gravatas, crachás, canetas e jalecos brancos.	Não traz nenhuma recomendação em relação às vestimentas.
7	O uso de equipamento de proteção individual em um serviço de atenção domiciliar	Identificar o uso de Equipamento de Proteção Individual, dispositivos de segurança, descarte de materiais perfurocortantes e fatores que dificultam e/ou facilitam o seu uso por profissionais da equipe de enfermagem.	Identifica que existe o risco de contaminação pela manipulação de perfurocortantes, realização de procedimentos e não utilização do EPI.	Recomenda que se cumpra o estabelecido pela NR 32, ou seja, o uso de EPI.

8	Biossegurança na perspectiva da equipe de enfermagem de unidades de tratamento intensivo	Investigar saberes e práticas da equipe de enfermagem sobre biossegurança em Unidades de Tratamento Intensivo, bem como identificar situações de risco biológico a que o trabalhador está exposto e adesão das unidades à norma regulamentadora nº 32.	Comenta que as roupas dos profissionais representam um risco de contaminação.	O estudo sugere iniciativas de educação permanente e parcerias com os setores de vigilância em saúde. Cumpre o que diz a NR 32 a respeito das vestimentas.
9	As ações de biossegurança implementadas pelas comissões de controle de infecções hospitalares	Analisar as ações de biossegurança praticadas nos hospitais.	Traz que o ambiente hospitalar oferece riscos aos profissionais e cita como forma secundária de contaminação o contato direto com fluidos corpóreos através da manipulação de roupas e utensílios contaminados.	Recomenda que haja treinamento abrangendo riscos para saúde, precauções para evitar exposição aos agentes, normas de higiene, utilização do EPI e EPC, vestimentas e, por fim, medidas pós-acidente.
10	Vestuário dos profissionais de saúde como potenciais reservatórios de microrganismos: uma revisão integrativa	Identificar, na literatura, artigos sobre a ocorrência de contaminação por microrganismos, em jalecos, aventais e uniformes dos profissionais de saúde, e a similaridade com aqueles associados às IRAS.	Assume que o vestuário dos profissionais pode se tornar contaminado e contribuir para possível disseminação de patógenos entre diferentes ambientes.	A recomendação foi oferecer quantidade suficiente de jalecos, aventais e uniformes, favorecendo a frequência de trocas, orientar a lavagem das vestimentas por no mínimo uma vez por semana, proibir o uso do jaleco em locais não privativos de assistência, promover a participação da gestão quanto ao cumprimento das recomendações, realizar auditorias e trazer orientações quanto à higienização dos vestuários e adequação dos modelos.

11	Infecções hospitalares: repensando a importância da higienização das mãos no contexto da multirresistência	Discutir as atitudes dos profissionais e a importância das ações do Programa de Controle de Infecção Hospitalar, como medida para reduzir a transmissão de microrganismos multirresistentes e aumentar a adesão à higienização das mãos.	Afirma que as vestimentas são potenciais contaminantes.	Recomenda a higienização das mãos visando uma menor contaminação das vestimentas.
12	Preparo da equipe cirúrgica: aspecto relevante no controle da contaminação ambiental	Apresentar as atuais recomendações relacionadas ao preparo da equipe cirúrgica e tecer considerações sobre o papel do enfermeiro no controle da contaminação ambiental	Traz que existe a possibilidade de infecção até mesmo dentro CC, por diversos fatores ambientais, e as vestimentas contribuem para isso.	A recomendação dada é relacionada ao CC, demonstrando a necessidade de paramentação exclusiva a ser usada nesse ambiente, tratando inclusive de vestimenta de uso restrito no CC.

No que tange ao aspecto da contaminação das vestimentas, é unânime nos textos que o ambiente hospitalar ou de prestação de cuidados é potencialmente contaminado. O ambiente por si só não é capaz de contaminar, no entanto, os itens que estão no ambiente possuem o poder de disseminar microrganismos, isto é, os objetos (itens médicos, roupas e outros) que entram em contato direto com microrganismos, quando manipulados, podem ser potencialmente transmissores, seja por meio de contaminação direta ou pelas mãos dos profissionais ⁽⁶⁾.

Dentre os textos encontrados na revisão, 5 deles ^(1, 4, 5, 6, 10), que tratam de forma específica do vestuário dos profissionais de saúde, demonstram que as vestimentas, roupas e uniformes apresentam grande possibilidade de contaminação, devido ao nível de exposição em que se encontram esses profissionais ^(17, 11, 12, 18, 15). Nesta direção, outro estudo indica que as roupas sujas possuem uma grande carga microbiológica, mas que não oferecem risco de transmissão quando bem processadas ⁽¹⁹⁾.

É afirmado, contudo, que essas vestimentas podem contribuir para a incidência das IRAS e, por consequência, a resistência microbiana. Nos resultados de alguns dos textos selecionados ^(4, 5, 10), foi verificada a presença de microrganismos nas vestimentas dos profissionais de saúde, tais como, *Staphylococcus coagulase negativa*, *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus ssp*, dentre outros ^(11, 12, 13).

A presença de tais microrganismos revela que, durante a prestação da assistência, o profissional está sujeito à contaminação de suas vestimentas, pois se pressupõe que o mesmo utilize uniforme (jaleco), fazendo, assim, com que essas sejam a primeira forma de contato com o paciente/cliente, tornando a vestimenta contaminada ⁽⁴⁾.

Já quando se trata das recomendações a respeito dos cuidados com as vestimentas, surgem muitas informações. Há concordância nos textos ^(3, 4, 8, 9) quanto ao fato de que os profissionais precisam passar por processo de educação permanente e ser sensibilizados a respeito da temática da biossegurança ^(20, 11, 16, 21). A educação permanente é um fator mencionado na NR 32, que diz que todo profissional deve receber orientação quanto aos riscos, prevenção de acidentes, procedimentos e normas de higiene e também medidas pós-acidentes e incidentes ⁽³⁾.

Outros textos ^(7, 8, 10) julgam necessário o aumento da oferta de vestimentas e o cumprimento das precauções padrão ^(15,16,13), o que corrobora com a NR 32, que discorre a respeito de oferta abundante de EPIs, sejam eles descartáveis ou não ⁽³⁾.

Há textos ^(3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12) que enfatizam a proibição do uso dessas vestimentas fora do ambiente de trabalho e tratam também da higienização das mãos, uso de EPI e equipamento de proteção coletiva (EPC) ^(20, 12, 15, 16, 21, 13, 22). No que tange à proibição do uso das vestimentas fora do ambiente de trabalho, a NR 32 prevê essa medida, referindo que os EPIs e essas vestimentas devem ser usados somente no ambiente laboral ⁽³⁾.

Na perspectiva supracitada, alguns locais já possuem legislações específicas, como o município de Goiânia, que sancionou a lei de nº 9.160, proibindo o uso das vestimentas fora do ambiente da assistência ⁽²³⁾. Tal medida representa uma tentativa de tornar lei, o que deveria ser uma cultura de todos os profissionais de saúde, no sentido de uso de vestimentas utilizadas na assistência apenas em seu ambiente laboral.

Quanto à higienização das mãos e uso de EPI e EPC, há concordância que um não exclui o outro, e que é necessário fazê-los de forma correta ^(4, 24). Estudos mostram que não adianta usar luvas e abrir a porta após a realização de procedimento ainda calçando as mesmas, já que outra pessoa poderá abrir a mesma porta sem usar luvas, formando, portanto, uma cadeia de contaminação e potencializando a ocorrência de infecções cruzadas, transgredindo completamente, dessa maneira, o objetivo principal do EPI, é a proteção do profissional e redução do risco de transmissão de microrganismos ^(24,25).

A revisão inclui um texto ⁽¹⁾, que traz uma recomendação mais técnica em relação à lavagem das roupas utilizadas no ambiente laboral, discorrendo que devem ser acondicionadas em locais separados de outras vestimentas e que a lavagem deve ser realizada com água quente e mediante uso de produtos químicos, como hipoclorito de sódio ⁽¹⁷⁾.

No mesmo sentido, a Anvisa estatui que a temperatura e o uso de alvejantes contribuem para a destruição dos microrganismos presentes nas roupas, e que o hipoclorito de sódio é o alvejante mais utilizado na lavagem das roupas, podendo ser usado também como desinfetante ⁽²⁶⁾.

É necessário, ainda, separar das demais as roupas usadas no trabalho e lavá-las pelos menos duas vezes por semana ⁽²⁵⁾. Concordando com outro estudo em que o jaleco deve ser acondicionado em sacos impermeáveis para transportá-lo após seu uso no serviço e que o mesmo pode ser reutilizado desde que esteja em boas condições de uso ⁽⁷⁾.

Estudo recomenda que os jalecos sejam removidos em sacos plásticos e sempre submetidos a lavagem, o que evitaria o risco de infecções cruzadas ⁽⁴⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que concerne aos objetivos deste trabalho, acerca de identificar estudos que tratem sobre os potenciais riscos de contaminação associados às vestimentas dos profissionais, bem como as recomendações para os cuidados com as mesmas, observou-se, nos textos encontrados, que as vestimentas podem se tornar contaminadas, oferecendo riscos para os pacientes e para os profissionais, além de serem potenciais transmissores de microrganismos. Dessa forma, a manipulação após o uso das vestimentas pelos profissionais deve ser guiada pela precaução.

Entende-se que é urgente e de extrema importância sensibilizar os profissionais a respeito dessa questão do uso correto das vestimentas e sua manipulação após o uso, mas também de outras normas de biossegurança, a exemplo da higienização das mãos. Verifica-se também ser imprescindível incluir no processo de formação dos futuros profissionais da saúde, em todos os níveis, questões referentes a essa temática, mostrando o quanto ela é relevante e necessária. Os profissionais da saúde devem ter a competência necessária para reconhecer que são participantes do processo de prevenção de transmissão de infecções.

Para a obtenção de melhores resultados relacionados ao tema, impõe-se a participação da gestão dos serviços de saúde, pois o fazer cumprir as normas cabe não só ao profissional da assistência, mas também ao gestor do serviço, em qualquer nível.

Apesar da obtenção das respostas às perguntas norteadoras do estudo, entende-se que se faz necessária, ainda, a imersão na temática, pois, na literatura brasileira, há poucos estudos relacionados às vestimentas como potencial risco de transmissão de microrganismos, uma vez que as IRAS são um tema atual e também um problema de saúde pública.

Este estudo, por ter sido desenvolvido apenas no idioma português e nas bases LILACS, BIREME e SciELO, traz limitações ao excluir da revisão importantes trabalhos de outras realidades, ou até mesmo da brasileira, que

possam estar publicados em diferentes idiomas, bem como outras bases de dados.

Faz-se mister reconhecer o panorama da contaminação de vestimentas dos profissionais da saúde em outros países, e as medidas e cuidados que se deve ter com essas vestimentas, no tocante a manter os profissionais atualizados e preparados para contribuir para a redução da transmissão de microrganismos e da incidência de IRAS, além da redução da dispersão de microrganismos patogênicos, muitas vezes resistentes, na comunidade.

REFERÊNCIAS

1. Mastroeni MF. Biossegurança aplicada a laboratórios e serviços de saúde. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2006. 338 p.
2. Ministério do Trabalho (BR). Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.
3. Ministério do Trabalho (BR). Portaria nº458, de 11 de novembro de 2005-NR32. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.
4. Carvalho CMRS Madeira MZA, Tapety FI, Alvez ELM, Martins MCC, Brito JNPO. Aspectos de biossegurança relacionados ao uso do jaleco pelos profissionais da saúde: uma revisão da literatura. Texto Contexto Enfermagem, Florianópolis, v. 2, n. 18, p.355-360, 2009. Trimestral.
5. Ministério do Trabalho (BR). Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978/2010, NR 06. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília.
6. Sá CS, Almeida EKO, Campos CO, Oliveira TNC, Borges WD. O uso do jaleco por profissionais e acadêmicos da área da saúde em vias públicas de Belém. Belém, 2008.
7. Cavalcante EFO, Cavalcante CAA, Silva FI, Macêdo MLAF. Biossegurança nas ações de saúde e enfermagem. In: GOMES, Cleide Oliveira et al. Semiotécnica em enfermagem. Natal, RN: EDUFRRN, 2018. Disponível em:<<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25862>> Acesso em 06 de novembro de 2018.
8. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Higienização das mãos em serviços de saúde/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2007.
9. Oliveira AC, Damasceno QS, Ribeiro SMCP. Infecções relacionadas a assistência em saúde: desafios para prevenção e controle. Minas Gerais, 2009.
10. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer. São Paulo. 2010.

11. Oliveira AC, Silva MDM. Jalecos de trabalhadores de saúde: um potencial reservatório de microrganismos. Revista Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, v. 5, n. 48, p. 440-448, 2015. Disponível em:<<http://revista.fmrp.usp.br/2015/vol48n5/AO4-Jalecos-de-trabalhadores-de-saude.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
12. Oliveira AC, Silva MDM. Caracterização epidemiológica dos microrganismos presentes em jalecos dos profissionais de saúde. Revista Eletrônica de Enfermagem, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 80-87, 31 mar. 2013. Trimestral. Universidade Federal de Goiás. <http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i1.17207>. Disponível em:<<http://www.revenf.bvs.br/pdf/ree/v15n1/09.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
13. Oliveira AC, Silva MDM, Garbaccio JL. Vestuário de profissionais de saúde como potenciais reservatórios de microrganismos: uma revisão integrativa. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 3, n. 21, p. 684-691, jul/set 2012. Trimestral. Acesso em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n3/v21n3a25.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
14. Neves ZCP, Tipple AFV, Mendonça KM, Souza ACS, Pereira MS. Legislações e recomendações brasileiras relacionadas à saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores da saúde. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiás, p.1-18, 2017. Disponível em:<<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/40427/22826>>. Acesso em: 30 maio 2018.
15. Cordeiro JFC, Alves AP, Gir E, Miranda DO, Canini SRMS. Uso de equipamento de proteção individual em um serviço de atenção domiciliar. Cogitare Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 3, n. 21, p.1-8, 2016. Trimestral. Disponível em:<<http://docs.bvsalud.org/biblioref/2016/10/2262/45443-186913-1-pb.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
16. Brand CI, Fontana RT. Biosafety in the perspective of nursing staff of Intensive Care Units. Revista brasileira de enfermagem, [s.l.], v. 67, n. 1, p.78-84, 2014. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7167.20140010>. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v67n1/0034-7167-reben-67-01-0078.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
17. Scheidt KLS, Ribeiro RL, Araújo ARVF, Chagas GMS, Carneiro MS, Canuto R, et al. Práticas de utilização e perfil de contaminação microbiológica de jalecos em escola médica. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, v. 5, n. 48, p.467-477, mar. 2015. Trimestral. Disponível em:<<http://revista.fmrp.usp.br/2015/vol48n5/AO7-Jalecos-utilizacao-e-contaminacao.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
18. Dutra LGB, Neto HBN, Nedel FB, Lobo EA. Prevalência de contaminação bacteriana em estetoscópios. Rev. Inst. Adolfo Lutz, São Paulo, v. 2, n. 72, p.155-160, 2013.

19. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Processamento de roupas em serviços de saúde: prevenção e controle de riscos/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009.
20. Silva GS, Almeida, AJ, Paula, VS, Villar, LM. Conhecimento e utilização de medidas de precaução- padrão por profissionais de saúde. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, p.103-110, 2012. Trimestral. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 maio 2018.
21. Scheidt KLS, Rosa LRS, Lima EFA. As ações de biossegurança implementadas pelas comissões de controle de infecções hospitalares. Revista de Enfermagem Uerj, Rio de Janeiro, v. 3, n. 14, p.372-377, jul/set. 2006. Trimestral. Disponível em:<<http://www.revenf.bvs.br/pdf/reuerj/v14n3/v14n3a07.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
22. Cataneo C, Silveira CA, Simpionato E, Camargo FC, Queiroz FA, Cagnin MC. O preparo da equipe cirúrgica: aspecto relevante no controle da contaminação ambiental. Rev Latino-am Enfermagem 2004 março-abril; 12(2):283-6.
23. Goiânia (Município). Lei nº 9160, de 23 de julho de 2012. Proíbe Os Profissionais de Saúde Que Atuam no âmbito do Município de Goiânia, de Utilizarem Qualquer Equipamento de Proteção Individual, Inclusive Jalecos, Aventais e Outras Vestimentas Especiais Fora do Ambiente Onde O Trabalhador da área de Saúde Exerça Suas Atividades, A Fim de Se Evitar Contaminações e Programação de Doenças Infecto Contagiosas. 5399. ed. GOIÂNIA, GOIÁS: Diário Oficial Município de Goiânia, 30 jul. 2012. n. 5399, p. 1-34. Disponível em: <http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2012/do_20120730_000005399.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.
24. Valle ARMC, Moura MEB, Nunes BMVT, Figueiredo MLF. A biossegurança sob o olhar de enfermeiros. Rev. Enfermagem Uerj, Rio de Janeiro, v. 3, n. 20, p.361-367, 2012. Trimestral. Disponível em:<<http://www.facenf.uerj.br/v20n3/v20n3a14.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
25. Scheidt KLS, Ribeiro RL, Araújo ARVF, Chagas GMS, Carneiro MS, Canuto R, et al. Práticas de utilização e perfil de contaminação microbiológica de jalecos em escola médica. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, v. 5, n. 48, p.467-477, mar. 2015. Trimestral. Disponível em:<<http://revista.fmrp.usp.br/2015/vol48n5/AO7-Jalecos-utilizacao-e-contaminacao.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2018.
26. São Paulo (Cidade). Risco biológico, biossegurança: recomendações gerais / Secretaria da Saúde. Coordenadoria de Atenção Básica. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde – CODEPPS.

Coordenação de Vigilância em Saúde – COVISA – São Paulo: SMS, 2007. 120p.

27. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (BR). Processamento de roupas em serviços de saúde: prevenção e controle de riscos/ Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília: Anvisa, 2009.

Recebido: 12 de fevereiro de 2019. **Publicado:** 18 de março de 2019

Correspondência: Thaisa Medeiros de Lima Silva. **E-mail:** thaisamedeiros@live.com

Conflito de Interesses: os autores declararam não haver conflito de interesses.

© This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited